



MIGUEL SILVA

↑ Teresa Gomes Mota: 1.ª subscritora da petição



BRUNO GONÇALVES

↑ Ana Paula Martins: ministra da Saúde está 'atenta'

Médicos forcem AR a debater vacinas covid

Petição assinada por 70 médicos, 40 enfermeiros, 11 farmacêuticos e mais 3000 cidadãos exige reparação de cidadãos com reações adversas às vacinas contra a covid-19.

TEXTO
Carlos
Enes

A Comissão Parlamentar de Saúde vai debater, na próxima quinta-feira, os riscos, benefícios e reações adversas das vacinas covid-19. Uma petição assinada por 70 médicos, 40 enfermeiros, 11 farmacêuticos e três mil outros cidadãos reclama ao Estado português «um programa de justa compensação pelos danos e lesões causadas pelas vacinas administradas em Portugal».

A ministra da Saúde promete ficar atenta ao debate e cumprir o que os deputados venham a legislar sobre o assunto. «O Governo acompanhará o processo parlamentar e atuará no quadro das competências que lhe estão constitucionalmente atribuídas», declara Ana Paula Martins, em resposta escrita ao *SOL*.

Os peticionários requerem a aprovação urgente de uma lei que estabeleça um mecanismo público de indemnização, sem necessidade de recurso aos tribunais, para situações de hospitalização, incapacidade permanente ou morte, quando exista «uma relação de causalidade pelo menos possível» com a vacinação contra a covid-19.

Para convencerem os deputados, invocam a razoabilidade de o poder político assumir responsabilidades pelo resultado das suas decisões na saúde individual e coletiva. Primeiro, recordam «as medidas restritivas de acesso a viagens, escolas, espetáculos e restaurantes, coação que levou a que muitos indivíduos se sentissem forçados a aceitar a vacinação». Segundo, as autoridades de saúde «repetiram à exaustão o slogan “as vacinas são eficazes e seguras”». Terceiro, «silenciaram vozes de profissionais de saúde

que questionaram cientificamente essa mesma eficácia e segurança».

Os peticionários juntaram documentação para demonstrar que países como Alemanha, França, Itália, Reino Unido, Suíça e nórdicos instituíram já mecanismos de reparação extrajudicial dos lesados. Para além disso, «a própria Organização Mundial de Saúde (OMS) elaborou um programa internacional de indemnização às vítimas de reações adversas causadas pela vacinação contra a covid-19 em países de baixo rendimento».

142 MORTES SUSPEITAS

A chegada ao mercado das vacinas contra a covid-19 coincidiu com uma tempestade, nunca vista em 30 anos de Sistema Nacional de Farmacovigilância (SNF), de efeitos adversos a medicamentos reportados às autoridades de Saúde. Em 2021 e 2022, o SNF recebeu 63.536 notificações, mais do que nos onze anos anteriores (62.812).

Até 31 de dezembro de 2022, o Infarmed, autoridade reguladora do medicamento, detalhou ter recebido mais de 39 mil queixas relativas às vacinas covid-19, para um total de 28 milhões de doses administradas. Desses casos, 8.518 foram classificados como «graves», abrangendo 142 mortes suspeitas, 309 episódios de risco de vida e mais de duas mil pessoas com incapacidades. «O que é preciso mais para o Estado reconhecer que estamos perante um gra-

ve problema de saúde pública?», pergunta a cardiologista Teresa Gomes Mota, primeira subscritora da petição.

A ciência sobre sistemas de farmacovigilância reconhece que, em regra, as notificações ficam muito abaixo das suspeitas dos profissionais de saúde. A maioria, sem poder provar a causalidade direta, prefere evitar problemas e dispêndio de tempo com processos burocráticos. Uma revisão abrangente de 37 estudos sobre notificação, publicada na Biblioteca Médica Nacional dos Estados Unidos — na prática, a maior do mundo — calcula que só em cada vinte casos é efetivamente reportado.

Na divulgação de dados, o Infarmed expõe sempre que as notificações expressam apenas «observações, pareceres e informação dos notificadores», sejam eles médicos, presumíveis vítimas ou familiares. A associação entre medicamentos e efeitos nefastos depende de múltiplos estudos epidemiológicos e médicos de grande complexidade e, em geral, demorados. Por exemplo: só ao fim de cinco anos de comercialização a Merck retirou do mercado o seu anti-inflamatório Vioxx, por ter sido demonstrado que aumentava o risco de enfartes e acidentes vasculares cerebrais.

UMA PERGUNTA INQUIETANTE

As vacinas contra a covid-19 foram desenvolvidas e aprovadas no prazo mais curto de que há registro. Obvia-

mente, a compressão do tempo de desenvolvimento e experimentação implica riscos, o que levou a indústria farmacêutica a exigir aos Estados a assunção de responsabilidades pelo que pudesse correr mal. Sem hesitações — na linha das agências reguladoras internacionais — o Infarmed garantiu desde o primeiro dia que «a vacinação é a intervenção de saúde pública mais efetiva para reduzir o número de casos de doença grave e morte». Desde janeiro de 2023, deixou de publicar relatórios ou qualquer outra informação específica sobre reações adversas às vacinas covid-19. O seu presidente, Rui Santos Ivo, recusou os nossos pedidos de entrevista para explicar o volume de notificações e o resultado da investigação que sobre elas deveria ter sido desencadeada.

Com o recurso aos tribunais administrativos, o jornal *Página UM* forçou o Infarmed a conceder-lhe acesso à base de dados da farmacovigilância em finais de 2024. Essa consulta permitiu concluir que o Infarmed não investigou até ao fim, como devia, a relação causal entre as vacinas e as reações adversas, nem o desfecho da situação clínica da maioria dos doentes. «Desconhecido» é a palavra mais vezes repetida no acervo digital do SNF.

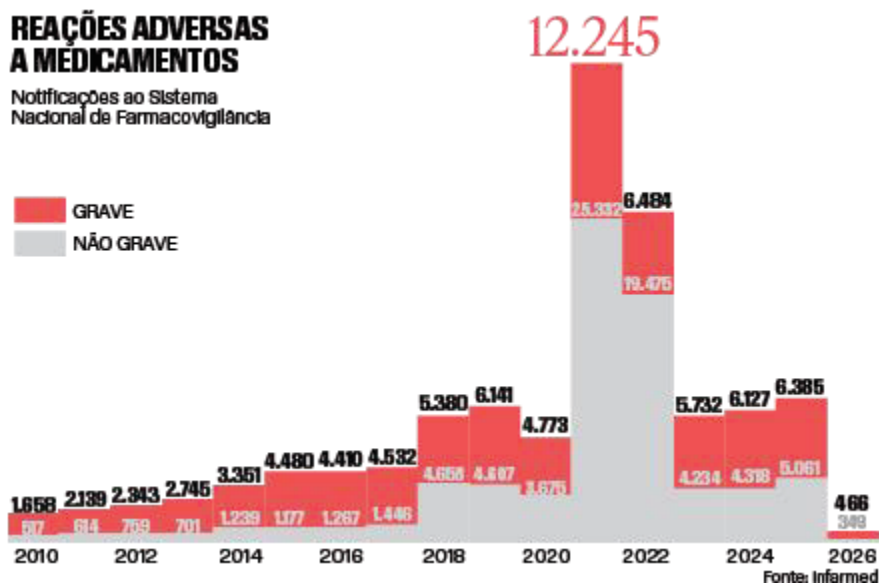
As vacinas mRNA contra a covid-19 têm um mecanismo de ação no corpo humano inovador, o que desde cedo despertou o receio de muitos médicos. A investigadora Helena Alves, no início do século, participou num estudo internacional desenvolvido pelo GENETHON, instituição que fez o primeiro mapa do genoma humano, para o desenvolvimento de tratamentos de terapia génica com uma tecnologia semelhante.

A ambição era grande: foi até construído de raiz, em Paris, um edifício de sete andares, recheado de tecnologia de ponta. O resultado foi dececionante: o ensaio clínico teve de ser abandonado devido ao aparecimento, súbito e inesperado, de cânceros nos doentes testados. «O risco está quantificado? O que mudou, se é que mudou, desde então, para permitir vacinar milhões de pessoas?», perguntou a médica portuguesa, em 2 de fevereiro de 2021, à Agência Europeia do Medicamento (EMA). À época, era presidente do colégio da especialidade de Imunohemoterapia da Ordem dos Médicos. Manifestou à EMA o desejo de partilhar essa informação com os colegas. Recebeu uma resposta evasiva, segundo a qual havia «poucos casos publicados», sem qualquer informação de estudo clínico que contrariasse aquele receio. O regulador, contudo, prometeu que «ficaria atento». ●

REAÇÕES ADVERSAS A MEDICAMENTOS

Notificações ao Sistema Nacional de Farmacovigilância

GRAVE
NÃO GRAVE



A farmacovigilância é feita de sofrimento humano

Vacina deixou de ser recomendada às crianças. Para algumas, a precaução do Estado chegou tarde demais.

TEXTO
Carlos
Enes

Fiquem os leitores precavidos para as emoções contidas neste texto. É doloroso ver a Leonor na sua cadeira de rodas, a receber da mãe duas provas de amor em simultâneo: alimentos líquidos por uma sonda cravada no estômago e beijos no rosto com borbulhas de adolescente. Ela sofreu uma morte súbita e foi ressuscitada, por milagre ou absurdo, no dia 21 de novembro de 2021. Ficou para sempre a viver no mundo vegetal, numa instituição de cuidados continuados, onde os pais abriram uma cafeteria, para estarem sempre com ela. Filha única, é agora a mais preciosa flor do casal madeirense.

Fez 18 anos no dia 9 de janeiro de 2025. Um dia sem alegria nem festa, como todos os outros. «Agora tenho uma filha que é a minha filha na mesma, mas é outra Leonor. É muito complicado», sussurra a mãe, Susana Reis, com água salgada na voz. Era uma criança saudável, feliz a estudar e a dançar ballet. Antes de começar o ano letivo, a escola emitiu um comunicado: a vacinação contra a covid-19 era «obrigatória» para todas as crianças. Pela primeira vez na vida, Leonor mostrou medo. «Mãe, isto não é perigoso?», perguntou, «muitas vezes». No

dia 18 de agosto foi vacinada, porque «tinha de ser, sem isso não havia escola, nem poderíamos viajar. Não se podia fazer nada».

Os primeiros sintomas foram dores paralisantes no joelho, que o médico de família interpretou como sendo «do crescimento». E crises de cansaço e fadiga, cada vez mais frequentes. Muitas vezes, faltava a Leonor força para subir escadas ou nadar, desporto que ela amava.

O relatório médico, assinado pela cardiologista Teresa Gomes Mota, sustenta que a miocardite pode ser discreta e até «assintomática». Estão descritos na literatura científica casos de atividade inflamatória no coração «seis meses depois da toma da vacina». A bateria de exames a que foi sujeita não detetou quaisquer vírus para explicar a doença. A nota de alta do Hospital Dr. Nélio Mendonça relata «paragem cardíaca» e «miocardite», ambas de «causa não especificada». Compilados estes factos, Teresa Gomes Mota conclui que «existe um nexo de causalidade provável entre a vacinação contra a covid-19 e a presença de miocardite e morte súbita (ressuscitada, com sequelas muito graves) na paciente de 14 anos, anteriormente saudável».

Leonor é uma flor resistente. O coração dela voltou a ser saudável, o que está comprovado por diversos exames. O problema foi a morte súbita. Estava a tirar uma selfie, à mesa do almoço de domingo, em casa da avó,

quando caiu para o lado. Esteve 18 minutos a ser reanimada pela equipa de emergência médica, com rajadas de desferpadas de desfibrilhador e injeções de adrenalina. Tempo demais do outro lado. Normalmente, em casos como o dela, a morte leva o seu trabalho até ao fim.

O PÔE E TIRA DA VACINA

Em 9 de julho de 2021, o comité de segurança da Agência Europeia do Medicamento (EMA) concluiu que havia evidência suficiente para estabelecer uma associação causal entre as vacinas mRNA contra a covid-19 e casos de miocardite e pericardite. Em julho, as bulas desses medicamentos passaram a identificar essas doenças como «casos raros» de efeitos adversos.

Até dezembro de 2022, data do último relatório sobre efeitos adversos às vacinas covid-19, o Infarmed recebeu queixas de que 50 crianças, dos 5 aos 11 anos, e mais 127, até aos 18 anos, sofreram lesões classificadas como «graves» após a vacinação. No caso de Leonor, não ocorreu a nenhum médico assistente, ou do hospital, notificar a possível reação adversa. Foi o pai a fazê-lo.

O relatório de Teresa Gomes Mota critica a passividade dos colegas e mostra indignação com as conclusões oficiais do Infarmed sobre o desfecho do caso: «Dores do joelho – causa desconhecida. Desmaio, taquicardia, miocardite: cura». Na base de dados VAERS, dos Estados Unidos, com o re-

gulador português como fonte, a notificação é classificada como «grave».

Em dezembro de 2022, a Direção-Geral da Saúde (DGS) emitiu um alerta aos profissionais de saúde para «casos muito raros» de «eventuais sintomas de miocardite e pericardite» em crianças inoculadas com a vacina pediátrica, indicada dos 5 aos 11 anos. Foi um primeiro sinal, a dar razão aos receios do Colégio de Pediatria da Ordem dos Médicos, que valeram um processo disciplinar ao seu presidente. Só dois anos depois, em outubro de 2024, se deu um surpreendente volte-face: a DGS passou a excluir as crianças da vacinação sazonal contra a covid-19.

O *SOL* perguntou à DGS se essa decisão resultou dos dados de farmacovigilância. A resposta foi negativa. «No caso do grupo etário dos 6 meses aos 17 anos de idade, a não recomendação universal, no momento atual, do esquema vacinal primário e de reforço na população pediátrica saudável, não está relacionada com a segurança das vacinas. As vacinas são seguras. No entanto, com base na evidência atualmente disponível, não se observa, como no passado, um custo-benefício que justifique a universalização da vacinação primária ou do reforço sazonal», respondeu, por escrito, a diretora-geral da Saúde. Em lugar de saúde pública, o critério terá sido, afinal, económico. Rita Sá Machado recusou o convite para uma entrevista. ●



A dor de Leonor

Leonor, de 18 anos, vive há quatro anos entre a cama e a cadeira de rodas. Não fala. Expressa dor e outros sentimentos por murmúrios. É alimentada por uma sonda. Sofreu uma paragem cardíaca causada por uma miocardite. Foi reanimada durante 18 minutos. Está curada do coração, mas as lesões cerebrais são irreversíveis.



Menopausa prematura

Vera Cardoso, arqueóloga, teve uma hemorragia prolongada horas após a vacina. Subitamente entrou na menopausa, facto surpreendente para a ginecologista, com base em exames recentes. Engordou 20 quilos, passou a sofrer de falta de ar e de dores no peito. Teve um episódio compatível com enfarte.



Mara perdeu força e alegria

Mara ficou com paralisia facial aos 14 anos, dias após a segunda dose. A médica que a atendeu no Hospital da Estefânia relacionou logo os factos com a vacina. Sofre com «dores no corpo todo» e fadiga extrema. Tem episódios recorrentes de ida à urgência. A mãe, Maria João Sá, não quer dinheiro, «apenas alguém no Estado que assuma a culpa».



Uma bengala inesperada

José Janeiro sentiu dores súbitas na perna semanas após a vacina. O médico que o atendeu no Hospital de Abrantes desconfiou logo da vacina. Submeteu-o a uma bateria de exames e confirmou a explicação: «você tem uma trombose na perna, decorrente da vacina». Fez anticoagulantes injetáveis e passou a andar de bengala.



Um cancro suspeito

Fernanda Paiva, cabeleireira, sentiu dor e um inchaço no braço logo a seguir à vacina. A inflamação migrou para a mama: gânglios inchados, retração do mamilo. Diagnóstico: «um cancro muito agressivo». Fez quimioterapia, cirurgia e radioterapia. Ficou com limitações físicas e perdeu o seu negócio.



Um caso em tribunal

Isabel Rute Faria descreve a vida como um «inferno» desde julho de 2021. Tem dores musculares intensas e incapacitantes. Já fez várias cirurgias, toma medicação diária e vai às urgências com frequência. Perdeu autonomia e a vida profissional ficou suspensa. Foi a primeira doente a avançar para tribunal.